

## **CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO**

**01. Estamos assistindo ao Congresso Nacional absolver parlamentares envolvidos no episódio do “mensalão”. Se esses parlamentares forem denunciados em setembro deste ano por atos praticados durante o mandato, o Supremo Tribunal Federal:**

- (a) não poderá receber a denúncia sem autorização da Casa a que pertencer o congressista;
- (b) poderá processá-los, mas a Casa a que pertencer o congressista poderá sustar o andamento do processo;
- (c) poderá processá-los e a Casa a que pertencer o congressista não poderá sustar o andamento do processo;
- (d) considerando o instituto da imunidade parlamentar, não poderá processá-los.

**02. Em Mato Grosso:**

- (a) o Procurador-Geral do Estado pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça;
- (b) o Órgão Especial do Tribunal de Justiça não pode declarar a inconstitucionalidade de lei, em razão de expressa proibição da Constituição da República;
- (c) podem ser editadas leis delegadas;
- (d) o Tribunal de Justiça não pode declarar inconstitucionalidade por omissão.

**03. A sessão legislativa ordinária do Congresso Nacional compreende os períodos de:**

- (a) 2 (dois) de fevereiro a 17 (dezesete) de julho e de 1º (primeiro) de agosto a 22 (vinte e dois) de dezembro;
- (b) 02 (dois) de janeiro a 30 (trinta) de junho e 1º (primeiro) de agosto a 1º (primeiro) de dezembro;
- (c) 15 (quinze) de janeiro a 30 (trinta) de junho e 1º (primeiro) de agosto a 1º (primeiro) de dezembro;
- (d) 15 (quinze) de fevereiro a 30 (trinta) de junho e 1º (primeiro) de agosto a 15 (quinze) de dezembro.

**04. A existência de direito líquido e certo é requisito constitucional para a impetração do Mandado de Segurança. No tocante a esse requisito, de acordo com moderno e sedimentado entendimento doutrinário, é correto afirmar que:**

(a) não precisa ser provado de plano, já que a Lei do Mandado de Segurança (1533/51) admite uma dilação probatória alargada;

(b) impõe que o direito do impetrante esteja protegido por uma norma que não comporte dificuldade em sua aplicação e não haja divergências em sua interpretação;

(c) exige que o impetrante prove os fatos por meio de documentos;

(d) fatos complexos, mesmo que provados de plano, jamais poderão ser discutidos em mandado de segurança.

**05. No que diz respeito à Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a Carta do Brasil de 1988, é certo afirmar que:**

(a) foi convocada por uma revolução social, sem nenhum ato formal previsto em normas anteriores;

(b) foi dissolvida logo depois da promulgação da Carta, tendo em vista que foi eleita exclusivamente para esse fim;

(c) exerceu a sua função de criação da nova Constituição sem soberania, obedecendo aos requisitos formais e materiais impostos pela Constituição anterior (de 1967);

(d) foi convocada por uma Emenda à Constituição anterior (de 1967) e os seus integrantes, depois de promulgada a nova Carta, permaneceram no Congresso Nacional, exercendo as funções de parlamentares.

**06. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta:**

(a) é reconhecida a inconstitucionalidade por omissão parcial;

(b) não pode haver declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto;

(c) o controle é feito sempre para se declarar a norma inconstitucional, nunca para declará-la constitucional;

(d) as declarações de inconstitucionalidade em controle abstrato não podem ter efeito vinculante.

**07. Um Governador de Estado, querendo se candidatar ao cargo de Senador:**

(a) deve se licenciar do cargo que ocupa;

(b) deve renunciar ao mandato;

(c) pode permanecer no cargo que ocupa;

(d) não pode satisfazer o seu desejo.

**08. No que tange às regras da Constituição da República sobre a administração pública, é correto afirmar:**

(a) não está vedada a equiparação de remuneração de pessoal do serviço público;

(b) o acréscimo pecuniário percebido pelo servidor deve ser computado para fim de concessão de acréscimos ulteriores;

(c) a administração pública pode, mesmo antes de findar o prazo de validade de um concurso, realizar um novo concurso e convocar os aprovados neste antes dos aprovados naquele;

(d) os cargos públicos, em tese, podem ser ocupados por estrangeiros.

**09. Marque a alternativa que apresenta forma de provimento originário de servidor público civil:**

(a) nomeação;

(b) readaptação;

(c) remoção;

(d) ascensão.

**10. O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração a prerrogativa de, por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento:**

(a) rescindir o ajuste;

(b) revogar o ajuste;

(c) nulificar o ajuste;

(d) contrapor o ajuste.

**11. Sobre a administração indireta é correto afirmar que:**

(a) é a descentralização administrativa constituída de órgãos denominados ministérios, secretarias, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

(b) é o conjunto de pessoas jurídicas de direito público integrado pelas autarquias, fundações e empresas públicas;

(c) é o conjunto de pessoas jurídicas e órgãos públicos criados por lei para a realização de serviço público;

(d) é o conjunto de pessoas jurídicas de direito público e privado, integrado por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

**12. Uma medida de ordem geral não diretamente relacionada com o contrato, mas nele repercutindo, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em desfavor do contratado, é chamado pela doutrina de:**

(a) desvio de poder;

(b) fato do príncipe;

(c) fato da administração;

(d) cláusula exorbitante.

**13. Sobre a agência reguladora, marque a alternativa INCORRETA:**

(a) reveste-se na forma de autarquia de regime especial;

(b) possui imunidade tributária;

(c) pode desenvolver atividade econômica em competição com o setor regulado;

(d) possui competência para editar atos normativos.

**14. Paulo é servidor público federal responsável pelos equipamentos e materiais permanentes de um determinado órgão público. Certo dia, Paulo permitiu que o servidor Júlio utilizasse veículo oficial para tratar de questões pessoais, ou seja, viajar para a praia com a família no feriado prolongado. Para tanto, Paulo autorizou a retirada do veículo e determinou que João Mauro, servidor público, com cargo de motorista, dirigisse o veículo e o abastecesse nos postos contratados pelo Governo Federal para o fornecimento de combustível, em nome da União. Nesse caso, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92), Paulo:**

(a) praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito;

(b) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;

(c) praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública;

(d) não praticou ato de improbidade administrativa e sim infração administrativa.

**15. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributos, prescreve em:**

- (a) dois anos;
- (b) quatro anos;
- (c) cinco anos;
- (d) dez anos.

**16. A não incidência de impostos sobre autarquias e as fundações públicas, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, constitui:**

- (a) anistia;
- (b) imunidade;
- (c) moratória;
- (d) isenção.

**17. Duas pessoas são co-proprietárias em parcelas desiguais de um imóvel urbano. Em se tratando de IPTU, pode-se afirmar que seu pagamento é da responsabilidade:**

- (a) solidária de ambos, cabendo, porém, para o minoritário, o benefício de ordem;
- (b) de ambos, proporcionalmente à participação de cada qual;
- (c) de ambos, podendo ser exigida de cada um deles a dívida toda;
- (d) principal do proprietário da quota majoritária e subsidiária do outro.

**18. As multas fiscais são distintas dos tributos, na medida em que aquelas:**

- (a) são aplicadas pelo Poder Judiciário;
- (b) não são passíveis de inscrição como dívida ativa;
- (c) constituem sanções por atos ilícitos;
- (d) devem ser pagas antes de qualquer defesa ou recurso.

**19. Num conceito de zona urbana, para efeito de incidência do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, NÃO é considerado indispensável:**

- (a) serviço de pavimentação;
- (b) meio fio ou calçamento, com canalização das águas pluviais;
- (c) sistema de esgoto sanitário;
- (d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.

**20. Assinale a alternativa correta:**

- (a) a base de cálculo do imposto territorial rural (ITR) é o valor venal do imóvel;
- (b) a pequena gleba rural, definida em lei, explorada pelo proprietário que não possua outro imóvel, é isenta de ITR;
- (c) o possuidor a qualquer título da propriedade territorial rural pode figurar no pólo passivo da relação jurídica tributária;
- (d) as áreas de interesse ecológico, federais ou estaduais, para proteção dos ecossistemas, têm desconto de 80% (oitenta por cento) no cômputo da base de cálculo do ITR.

**EMPRESARIAL, CIVIL, CONSUMIDOR E PROCESSO CIVIL**

**21. O direito de inerência ao ponto empresarial é exercido através de uma ação judicial própria, denominada renovatória. Essa ação deve ser proposta pelo locatário no prazo:**

- (a) entre 1 ano e 6 meses antes do término do prazo do contrato a renovar;
- (b) de 3 meses antes do término do prazo do contrato a renovar;
- (c) entre 6 meses e 3 meses antes do término do prazo do contrato a renovar;
- (d) entre 4 meses e 2 meses antes do término do prazo do contrato a renovar.

**22. São bens integrantes da propriedade industrial, EXCETO:**

- (a) a invenção;
- (b) o estabelecimento empresarial;
- (c) o modelo de utilidade;
- (d) o desenho industrial.

**23. No tocante á duplicata, é INCORRETO afirmar que:**

- (a) a ação contra o sacado da duplicata e seus respectivos avalistas prescreve em 03 (três) anos, contados da data de vencimento do título;
- (b) a ação contra o endossante e seus avalistas prescreve em 1 (um) ano, contado da data do protesto;
- (c) o portador da duplicata tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do vencimento do título, para efetivar o protesto, assegurando o direito de regresso contra os endossantes e seus avalistas;
- (d) é cabível a ação de execução da duplicata não aceita, não protestada, mas se comprovada a remessa da mercadoria.

**24. Tendo em vista a natureza dos direitos e vantagens que confirmam a seus titulares, são espécies de ações da Sociedade Anônima:**

- (a) ordinárias, endossáveis e ao portador;
- (b) ordinárias, nominativas e endossáveis;
- (c) nominativas, endossáveis, preferenciais e ao portador;
- (d) ordinárias, preferenciais e de fruição.

**25. Assinale a alternativa correta quanto à classificação dos créditos na falência:**

- (a) os créditos com privilégio especial possuem preferência em relação aos créditos tributários;
- (b) as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias, possuem preferência em relação aos créditos quirografários;
- (c) os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício são créditos subordinados;
- (d) os saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite de 100 (cem) salários mínimos por credor são considerados créditos quirografários.

**26. De acordo com o Código Civil é correto afirmar que:**

- (a) o servidor público tem domicílio necessário;
- (b) o local onde a pessoa natural exerce a sua profissão é, para todos o fins, o seu domicílio;

- (c) a pessoa que não possui residência habitual não tem domicílio;
- (d) a mudança da residência implica necessariamente na mudança do domicílio.

**27. Estão legitimados a suceder, na sucessão legítima:**

- (a) os já nascidos, os concebidos e a prole eventual de pessoas já existentes;
- (b) as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão;
- (c) apenas as pessoas já nascidas com vida ao tempo da abertura da sucessão;
- (d) as pessoas físicas e jurídicas existentes ao tempo da abertura da sucessão.

**28. Assinale a alternativa FALSA:**

- (a) na sucessão legítima os descendentes da mesma classe têm os mesmos direitos à sucessão de seus ascendentes;
- (b) a herança transmite-se com o passamento;
- (c) não havendo pessoa a suceder, a herança pode ser devolvida ao Município;
- (d) o legado de usufruto entende-se sempre deixado ao legatário por toda sua vida.

**29. Assinale a alternativa correta sobre fiança:**

- (a) pode ser convencionada por escrito ou oralmente, não admitindo interpretação extensiva;
- (b) pode ser convencionada sem o consentimento do devedor, mas jamais contra a sua vontade já que lhe é dado o direito de opor-se à figura do fiador;
- (c) o sistema brasileiro admite a fiança de dívidas futuras condicionada à certeza e liquidez da obrigação do principal devedor;
- (d) a fiança deverá sempre compreender os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais desde a citação do fiador.

**30. Sobre a constituição de renda NÃO podemos dizer:**

- (a) é sempre onerosa;
- (b) requer escritura pública;
- (c) os bens dados em compensação da renda caem, desde a tradição, no domínio da



pessoa que por aquela se obrigou;

(d) é nula a constituição instituída em favor de pessoa já falecida.

**31. Sobre o contrato de seguro NÃO podemos dizer:**

(a) a apólice pode ser nominativa, à ordem ou ao portador, seja qual for o objeto segurado;

(b) o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato;

(c) nulo é o contrato que garante risco de ato doloso do segurado;

(d) o contrato prova-se pela exibição da apólice, do bilhete de seguro ou do comprovante de pagamento do prêmio.

**32. A emissão de título de crédito que não representa qualquer negócio, feita pelo marido, em favor de amigo, antes da separação judicial, para prejudicar a mulher na partilha de bens, é passível de nulidade absoluta, por estar configurada a figura:**

(a) do dolus malus;

(b) da simulação absoluta;

(c) da reserva mental;

(d) da dissimulação subjetiva.

**33. Pessoa sob premente necessidade se obriga a pagar por determinado remédio valor cinco vezes superior ao comercializado no mercado. Sabendo que o vendedor desconhece a sua premente necessidade, podemos afirmar que nesse caso caracteriza-se:**

(a) lesão;

(b) erro;

(c) estado de perigo;

(d) coação.

**34. Sobre nulidade absoluta e relativa assinale a alternativa correta:**

(a) a primeira está sujeita a prazos decadenciais e a segunda é imprescritível;

(b) a primeira deve ser suscitada pelas partes e a segunda pode ser reconhecida de ofício pelo juiz;

(c) a primeira é suscetível de confirmação e a segunda pode ser suscitada em qualquer grau de jurisdição;

(d) a primeira pode ser suscitada pelo Ministério Público apenas quando lhe couber intervir e na segunda é escusada a confirmação expressa quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.

**35. Sobre o direito real de habitação podemos dizer:**

(a) é perpétuo;

(b) incide sobre bens móveis e imóveis;

(c) se for o único bem a inventariar, é direito conferido ao cônjuge sobrevivente sobre o imóvel destinado à residência, prejudicando sua participação na herança, ao menos que fosse casado pelo regime da separação total de bens;

(d) se for o único bem a inventariar, é direito conferido ao cônjuge sobrevivente sobre o imóvel destinado à residência, não prejudicando sua participação na herança, qualquer que seja o regime de bens.

**36. As regras de defesa inseridas no Código do Consumidor (Lei 8078/90) são:**

(a) de natureza e eficácia contida;

(b) de eficácia relativa, permitindo a prevalência contratual;

(c) de natureza cogente;

(d) de aplicação imediata permitindo a prevalência contratual.

**37. A responsabilidade civil do profissional liberal nas relações de consumo é:**

(a) subjetiva;

(b) objetiva, comportando hipóteses em que, por desenvolvimento jurisprudencial, passa a ser subjetiva;

(c) objetiva;

(d) subjetiva, comportando hipóteses em que, por desenvolvimento jurisprudencial, passa a ser objetiva.

**38. Nas relações de consumo, em matéria de publicidade o ônus da prova é:**

- (a) do consumidor;
- (b) do consumidor, podendo ser invertido quando for verossímil a alegação ou hipossuficiente o consumidor;
- (c) de quem patrocina a mensagem publicitária podendo ser invertido quando for verossímil a alegação;
- (d) de quem patrocina a mensagem publicitária.

**39. A política nacional das relações de consumo tem por objetivo a compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal). Desse preceito podemos extrair o princípio:**

- (a) da vulnerabilidade do consumidor;
- (b) do consumo sustentável;
- (c) da igualdade nas relações de consumo;
- (d) da dignidade humana do consumidor.

**40. Assinale a alternativa que complementa a frase a seguir e que a torna FALSA: A pessoa jurídica sem fins lucrativos:**

- (a) pode assumir nas relações de consumo a condição de consumidora quando adquirir produtos e serviços como destinatária final;
- (b) pode assumir nas relações de consumo a condição de fornecedora de produtos ou serviços;
- (c) não pode assumir nas relações de consumo a condição de fornecedora de produtos ou serviços;
- (d) pode assumir nas relações de consumo a condição de consumidora equiparada.

**41. Se o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo sem a resolução do mérito, abandonando-o por mais de trinta dias, quando lhe competia diligenciar, verifica-se a ocorrência do instituto:**

- (a) da preempção;
- (b) da preclusão;
- (c) da litispendência;

(d) da coisa julgada.

**42. De acordo com a literal disposição do artigo 263, parte inicial, do Código de Processo Civil, “considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara”. Por conta dessa assertiva é correto concluir que:**

- (a) a prevenção ocorrerá com a distribuição da ação para o juízo competente;
- (b) a prevenção ocorrerá com a citação válida do réu;
- (c) a prevenção ocorrerá com a citação do réu;
- (d) a prevenção ocorrerá com a citação do réu, ainda que ordenada por juiz incompetente.

**43. A citação editalícia é modalidade de ciência processual que pode ser utilizada:**

- (a) na ação de divórcio, na exclusiva hipótese de o oficial certificar que o réu está em lugar incerto ou não sabido;
- (b) na ação de execução contra a Fazenda Pública;
- (c) quando o réu estiver domiciliado em país que se recusa cumprir carta rogatória do Brasil;
- (d) somente na hipótese em que o autor afirmar e o oficial certificar estar o réu em lugar incerto ou não sabido.

**44. Em ação que tenha por objeto uma obrigação de fazer é correto afirmar:**

- (a) uma vez convertida a obrigação em perdas e danos, é vedada a cobrança da multa fixada por ocasião da decisão que antecipou a tutela específica;
- (b) a obrigação só será convertida em perdas e danos na exclusiva hipótese de ser impossível a tutela específica;
- (c) demonstrado pelo autor a prova inequívoca e o perigo da demora, é lícito ao juiz conceder a liminar, sempre mediante justificação prévia;
- (d) o juiz adiantará a tutela específica, liminarmente, uma vez demonstrada pelo autor a relevância do fundamento da demanda e o justificado receio da ineficácia do provimento final.

**45. SIDNEY, dirigindo em alta velocidade, avança o sinal vermelho e atropela MARIA HELENA, que vem a falecer. Considerando-se que esta era viúva e mãe de dois**

**filhos menores, o Ministério Público, em nome próprio, por um dos seus membros, ajuíza ação indenizatória em face de SIDNEY. Diante do caso apresentado é correto afirmar:**

- (a) o Ministério Público não pode ajuizar ação em nome próprio, posto que não é titular do direito material em discussão;
- (b) o Ministério Público pode ajuizar ação em nome próprio, caracterizando o instituto da representação de menores;
- (c) o Ministério Público não pode ajuizar ação em nome próprio, posto que é parte ilegítima ativa;
- (d) o Ministério Público pode ajuizar ação em nome próprio e defender o direito material dos menores, na condição de legitimado extraordinário.

**46. Dentre as hipóteses abaixo elencadas, aponte a que NÃO constitui título hábil para embasar uma execução:**

- (a) escritura pública assinada pelo devedor;
- (b) instrumento de transação assinado pelas partes, seus advogados e referendado pelo Ministério Público;
- (c) título com previsão de pagamento em moeda estrangeira, mesmo não convertida em moeda nacional;
- (d) os contratos de hipoteca e penhor.

**47. ANTONIO move ação cautelar incidental de arrolamento de bens em face do seu ex-sócio MARCATO, sob o fundamento de iminente dissipação dos bens da empresa. Dentre os requisitos da petição inicial cautelar elencados abaixo, aponte o que NÃO se enquadra à espécie em tela:**

- (a) o endereçamento para a autoridade judiciária competente;
- (b) o objeto e o fundamento da ação principal;
- (c) a qualificação das partes envolvidas no litígio;
- (d) o requerimento das provas que serão produzidas.

**48. Dentre as hipóteses abaixo elencadas, aponte a que se enquadra nas regras instrumentais das locações imobiliárias urbanas:**

- (a) a ação de despejo não é aplicável na hipótese de a locação se extinguir em razão de desapropriação, com a imissão do expropriante na posse do imóvel;

(b) a sentença proferida em ação de despejo é sempre recorrível por apelação munida dos efeitos devolutivo e suspensivo;

(c) o foro competente para julgar a ação de despejo de prédio residencial urbano é sempre o da situação do imóvel;

(d) uma vez citado, o locatário não pode mais elidir a rescisão da locação mediante o pagamento atualizado do débito.

**49. Os juizados especiais, regidos pela Lei nº. 9.099/95, orientam-se, dentre outros, pelos critérios da oralidade, simplicidade e informalidade. Destarte, é correto afirmar que:**

(a) não devem ser processadas nos juizados ações de alta complexidade, que exijam provas periciais especializadas e de difícil realização, posto que fere a teleologia dessa jurisdição;

(b) não é da competência dos juizados a ação de despejo para uso próprio;

(c) admite-se, nos juizados, o instituto da oposição;

(d) o mandato do advogado poderá ser verbal, independente dos poderes outorgados.

**50. O juiz dará curador especial, EXCETO:**

(a) ao incapaz, sem representante legal;

(b) ao réu preso;

(c) ao revel, citado por edital;

(d) ao consumidor hipossuficiente.

## **PENAL E PROCESSO PENAL**

**51. Considerando os seguintes enunciados, assinale a alternativa correta:**

**I - Circunstância relevante posterior ao crime, ainda que não prevista expressamente na lei, poderá determinar a atenuação da pena.**

**II - Para efeito de reincidência, não se consideram os crimes militares próprios e políticos.**

**III - No concurso de causas de aumento previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente.**

(a) todos os enunciados estão corretos;

(b) apenas os enunciados II e III estão corretos;

(c) apenas os enunciados I e II estão corretos;

(d) apenas os enunciados I e III estão corretos.

**52. Sobre a aplicação da lei penal no espaço, assinale a alternativa correta:**

(a) o princípio da nacionalidade ativa não é aceito pelo Código Penal brasileiro;

(b) o princípio real ou de proteção leva em conta a nacionalidade do bem jurídico lesado pelo crime, independentemente do local de sua prática ou da nacionalidade do sujeito ativo;

(c) o princípio da representação permite a aplicação da lei penal brasileira em crime cometido no exterior contra o Presidente da República;

(d) fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime contra a administração pública, cometido por quem está a seu serviço, desde que o fato também seja punível no país em que ocorreu.

**53. Assinale a alternativa correta:**

(a) na limitação de fim de semana, o condenado obriga-se a permanecer em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado aos sábados e domingos;

(b) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a 1 (um) ano de privação de liberdade e consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado;

(c) a proibição de freqüentar determinados lugares não está abrangida pela interdição temporária de direitos;

(d) a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo Juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos.

**54. Assinale a alternativa correta:**

(a) a figura de garantidor (ou garante) do bem jurídico é característica do delito omissivo próprio;

(b) a capacidade concreta de ação não constitui requisito do crime omissivo impróprio;

(c) quem, com seu comportamento anterior, cria o risco do resultado, assume a posição de garantidor;

(d) a ocorrência de resultado típico é característica do crime omissivo próprio, inexigível

no crime omissivo impróprio.

**55. Considere os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta:**

**I - Na lesão corporal culposa, o Juiz poderá deixar de aplicar a pena se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.**

**II - Na lesão corporal dolosa, o Juiz poderá deixar de aplicar a pena se as lesões são recíprocas.**

**III - Na lesão corporal leve, a pena é aumentada em 1/3 (um terço) se o crime é cometido contra cônjuge ou companheiro.**

- (a) apenas o enunciado II está correto;
- (b) apenas o enunciado III está correto;
- (c) apenas o enunciado I está correto;
- (d) todos os enunciados estão corretos.

**56. A diferença prática e essencial entre causa de aumento de pena e qualificadora assenta-se:**

- (a) na posição topológica de ambos no Código Penal;
- (b) na gravidade do crime;
- (c) na fixação percentual das penas;
- (d) na maior ou menor intensidade do grau de dolo ou de culpa.

**57. Tício, funcionário público, no exercício da função, por mero capricho, deixa de cumprir ordem judicial que lhe foi transmitida em cumprimento de mandado, pelo Oficial de Justiça. Assim agindo, Tício comete:**

- (a) crime de desacato;
- (b) crime de abuso de autoridade;
- (c) crime de desobediência;
- (d) crime de prevaricação.

**58. A testemunha que, sob compromisso, narra fatos pertinentes à causa, ainda que isso signifique atribuir fato criminoso a alguém, mas sem faltar com verdade, age:**

- (a) na prática do crime de calúnia;



(b) no estrito cumprimento do dever legal;

(c) no exercício regular de um direito;

(d) em estado de necessidade.

**59. Assinale a alternativa correta:**

(a) o princípio da obrigatoriedade impõe à autoridade policial a instauração do inquérito policial quando da prática de crime que se apure mediante ação penal pública ou privada;

(b) decorre do princípio da indisponibilidade do processo a possibilidade de o juiz discordar do pedido de arquivamento do inquérito policial pleiteado pelo Ministério Público;

(c) o princípio do impulso oficial determina que deve caber à parte ofendida a iniciativa de propor a ação penal;

(d) através do princípio da oportunidade o Estado cuida da repressão aos delitos, instituindo órgãos que assumam a persecução penal.

**60. Assinale a alternativa correta:**

(a) um policial militar que em serviço envolve-se em uma perseguição a assaltante civil, vindo a disparar nele, intencionalmente matando-o, responde pelo possível crime perante uma das auditorias militares instaladas na Justiça Estadual;

(b) um Governador que comete crime comum, é julgado perante o Tribunal de Justiça de seu Estado;

(c) um ministro do Supremo Tribunal Federal, por crime de responsabilidade, será julgado perante o Senado Federal;

(d) um ministro do Superior Tribunal de Justiça, que comete crime de responsabilidade é julgado pela Corte Especial deste mesmo Tribunal.

**61. O Prefeito Municipal acusado de crime eleitoral será processado e julgado:**

(a) pelo Juiz Eleitoral da Comarca de seu mandato;

(b) pelo Tribunal de Justiça do Estado onde fica o Município de seu mandato;

(c) pelo Tribunal Regional Federal da região que engloba o Estado em que fica o Município de seu mandato;

(d) pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que fica o Município de seu mandato.

**62. A diferença entre a renúncia e o perdão nos crimes de ação penal privada é a seguinte:**

- (a) a renúncia ocorre antes de ser apresentada a queixa e o perdão, depois da formulação da queixa;
- (b) a renúncia pode ser tácita, enquanto o perdão deve ser expresso;
- (c) a renúncia pode ser extrajudicial, enquanto o perdão deve ser judicial;
- (d) a renúncia depende de aceitação do ofendido, enquanto o perdão não depende.

**63. Assinale a alternativa correta:**

- (a) a realização de novo interrogatório depende de provocação das partes;
- (b) não cabe condução coercitiva do ofendido que deixa de atender intimação para prestar declarações;
- (c) em hipótese alguma a testemunha poderá manifestar suas apreciações pessoais;
- (d) os exames de corpo de delito serão feitos sempre por dois peritos, ainda que oficiais.

**64. Considere os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta:**

**I - O protesto por novo júri pode ser interposto quando a decisão condenatória for de reclusão por tempo igual ou superior a 20 (vinte) anos, imposta em primeira instância ou em grau recursal.**

**II - A apelação de sentença absolutória impede que o réu seja posto em liberdade.**

**III - Cabem embargos infringentes e de nulidade quando não for unânime a decisão de segunda instância desfavorável ao réu.**

- (a) apenas o enunciado I está correto;
- (b) apenas o enunciado II está correto;
- (c) apenas o enunciado III está correto;
- (d) todos os enunciados estão corretos.

**65. Assinale a alternativa ERRADA:**

- (a) o juiz dar-se-á por suspeito se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo;
- (b) o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que atuou como testemunha;
- (c) o juiz dar-se-á por suspeito se for amigo íntimo do advogado do réu;
- (d) o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que seu cônjuge funcionou como

autoridade policial.

**66. São atribuições do patronato, EXCETO:**

- (a) orientar os condenados à pena privativa de direitos;
- (b) prestar assistência aos albergados e egressos;
- (c) inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;
- (d) colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

**TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO**

**67. O empregador, para a expansão da empresa, montou uma filial, em outro Município em Estado vizinho, determinando que trinta de seus empregados fossem transferidos para a nova filial, sem a anuência destes. O procedimento do empregador está correto?**

- (a) sim, porque é direito potestativo dele transferir seus empregados;
- (b) sim, desde que providencie o pagamento das despesas resultantes, tais como mudança, locação de imóvel, escola para os filhos nas mesmas condições e emprego para a sua mulher;
- (c) não, porque se trata de alteração unilateral do contrato de trabalho, o que não se admite;
- (d) não, porque não obteve previamente autorização da Delegacia Regional do Trabalho.

**68. Considera-se noturno o trabalho agrícola executado entre:**

- (a) 22 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte;
- (b) 20 horas de um dia e às 4 horas do dia seguinte;
- (c) 21 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte;
- (d) 22 horas de um dia e às 4 horas do dia seguinte.

**69. A alteração de turno de trabalho, do noturno para o diurno:**

- (a) configura-se em alteração ilícita do contrato de trabalho;
- (b) é direito patronal, porém não pode ser suprimida a remuneração do adicional;
- (c) é proibida por causar inúmeros prejuízos ao trabalhador;

(d) pode ocorrer a qualquer momento, com a supressão do adicional noturno, por se tratar de período prejudicial ao descanso e ao convívio social do empregado.

**70. Com relação à existência de contrato de trabalho entre prestador de serviços pessoa física e tomador de serviços pessoa jurídica, é correto afirmar que:**

(a) existirá contrato de trabalho se as condições de fato assim determinarem, ainda que não exista contrato expresso entre ambos;

(b) existirá contrato de trabalho se as condições de fato assim determinarem, desde que inexistir manifestação expressa de vontade em sentido contrário de qualquer das partes;

(c) existirá sempre contrato de trabalho, a despeito de outros requisitos, já que há prestação de serviços de uma pessoa física a uma pessoa jurídica;

(d) só existirá contrato de trabalho se houver ajuste expresso entre as partes, pois o contrato de trabalho corresponde à relação de emprego.

**71. Para os efeitos legais, serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:**

(a) vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para prestação do serviço;

(b) educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;

(c) assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;

(d) alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações in natura que o empregador, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.

**72. O empregado readmitido na empresa tem direito à contagem do tempo relativo ao contrato de trabalho anterior com o mesmo empregador quando:**

(a) o período entre a dispensa e a readmissão não tenha sido superior a 60 (sessenta) dias;

(b) independentemente do tempo de intervalo entre os dois contratos de trabalho, não tenha sido dispensado por falta grave, nem recebido indenização legal, nem se aposentado espontaneamente;

(c) o período entre a dispensa e a readmissão não tenha sido superior a 6 (seis) meses;

(d) nunca se computam períodos de trabalho descontínuos para o mesmo empregador.

**73. Por força da Constituição Federal, a organização sindical brasileira observa:**

- (a) a pluralidade sindical, a contribuição sindical e o sistema confederativo;
- (b) a contribuição sindical, o sistema confederativo e o sindicato único;
- (c) o sistema confederativo, o registro de sindicato no órgão competente e a autorização para a criação de centrais sindicais;
- (d) o registro e sindicatos no órgão competente, a autorização para a criação de centrais sindicais e a pluralidade sindical.

**74. As decisões de mérito que não envolvam matéria de natureza coletiva, proferidas por Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, contrárias à letra de lei federal ou que divergirem entre si, poderão ser impugnadas por:**

- (a) embargos para a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, dentro de 8 dias de sua publicação;
- (b) agravo regimental para a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, no quinquídio de sua intimação;
- (c) revista ao Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 dias de sua publicação;
- (d) recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal na quinzena útil de sua intimação.

**75. Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações:**

- (a) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores, aos tomadores de serviço de trabalhadores autônomos e as que são aplicadas pelos órgãos de fiscalização profissional aos que exercem atividades profissionais liberais;
- (b) oriundas da relação de emprego ou da relação estatutária de trabalho, salvo no tocante aos ocupantes de cargo em comissão, de livre provimento e exoneração;
- (c) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- (d) oriundas da relação de emprego ou da relação estatutária de trabalho, inclusive no tocante aos ocupantes de cargo em comissão, de livre provimento e exoneração.

**76. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm, no processo do trabalho, o privilégio de contar com prazo em:**

- (a) dobro para a designação de audiência e para a apresentação de recurso;
- (b) quádruplo para a designação de audiência e para a apresentação de recurso;
- (c) dobro para a designação de audiência e em quádruplo para a apresentação de recurso;
- (d) quádruplo para a designação de audiência e em dobro para a apresentação de recurso.

**77. Em se tratando de empresa que promova realização das atividades fora do lugar da celebração do contrato de trabalho, a competência para julgamento da causa é do lugar da:**

- (a) prestação de serviço ou da celebração do contrato, a critério do empregado;
- (b) prestação de serviço ou do estabelecimento principal, a critério do empregado;
- (c) prestação de serviço, exclusivamente;
- (d) celebração do contrato de trabalho, exclusivamente.

**78. A decisão que indefere liminarmente o processamento de embargos à execução, por intempestividade, comporta impugnação por meio de:**

- (a) agravo de instrumento;
- (b) agravo de petição;
- (c) agravo regimental;
- (d) recurso ordinário.

**79. Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo:**

- (a) o valor não pode exceder a quarenta vezes o salário do reclamante;
- (b) a citação é feita por edital caso o reclamado esteja em local incerto e não sabido;
- (c) a sua apreciação deve ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento;
- (d) o comparecimento das testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, faz-se mediante simples referência em rol depositado na Secretaria da Vara até a véspera da audiência.

**80. Analise as afirmações a seguir sobre recurso ordinário no processo do trabalho:**

**I. das decisões definitivas das varas, cabe recurso ordinário;**  
**II. do indeferimento da petição inicial da reclamatória trabalhista, cabe recurso ordinário;**  
**III. das decisões definitivas dos tribunais do trabalho, em processo de sua competência originária, cabe recurso ordinário;**

- (a) somente I e II estão incorretas;
- (b) somente II e III estão corretas;
- (c) somente a III está incorreta;
- (d) todas estão corretas.

## **AMBIENTAL**

**81. Em matéria ambiental sabemos que em 1972, na cidade de Estocolmo, surgiu em convenção internacional o princípio:**

- (a) do poluidor pagador;
- (b) do desenvolvimento sustentável;
- (c) da prioridade da reparação in natura;
- (d) da ubiqüidade.

**82. Em demandas judiciais que tenham por objeto matéria relativa ao direito ambiental, aplicam-se as disposições processuais previstas no Código de Defesa do Consumidor para a defesa do consumidor em juízo. Essa afirmação é:**

- (a) falsa, pois o direito ambiental tem por objeto relação jurídica diversa do direito do consumidor, aplicando-se a lei mais específica que é a da Política Nacional do Meio Ambiente;
- (b) verdadeira, pois o direito ambiental tem por objeto a mesma relação jurídica do direito do consumidor;
- (c) falsa, pois apesar do direito ambiental e do direito do consumidor tratarem de direitos difusos, aplica-se a lei mais específica que é a da Política Nacional do Meio Ambiente;
- (d) verdadeira, pois estamos diante da jurisdição civil coletiva.

**83. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- (a) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na

forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;

(b) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores pessoas físicas a sanções penais e administrativas, somente incumbindo às pessoas jurídicas a obrigação de reparar os danos causados;

(c) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas;

(d) para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado, incumbe ao Poder Público, dentre outras obrigações, preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

**84. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:**

(a) a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

(b) o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

(c) a derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

(d) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

**85. Tendo em vista a Lei dos Crimes Ambientais (9.605/98), assinale a alternativa correta:**

(a) poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente;

(b) constitui causa de diminuição de pena o arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;

(c) a multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até dez vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida;

(d) a prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica não compreende a manutenção de espaços públicos.

**INTERNACIONAL**



**86. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações:**

- (a) relativas a imóveis situados no Brasil;
- (b) quando no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;
- (c) quando a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil;
- (d) quando o réu, qualquer que seja sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

**87. A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias no Brasil competem ao:**

- (a) Supremo Tribunal Federal;
- (b) Superior Tribunal de Justiça;
- (c) Tribunal Regional Federal;
- (d) Ministro das Relações Exteriores.

**88. A forma processual de colaboração internacional no combate ao crime admitida para fazer com que um infrator da lei penal, refugiado em um país, apresente-se ao juízo competente de outro país onde o crime foi cometido é:**

- (a) expulsão;
- (b) deportação;
- (c) extradição;
- (d) asilo.

**89. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:**

- (a) igualdade entre os Estados;
- (b) solução pacífica dos conflitos;
- (c) concessão de asilo político;
- (d) pluralismo político.

**90. Ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de estudante poderá ser**

**concedido o visto de:**

- (a) turista;
- (b) trânsito;
- (c) cortesia;
- (d) temporário.

## **ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB E CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA**

**91. Um advogado inscrito na OAB/MT que pretende patrocinar causas em São Paulo necessitará:**

- (a) comunicar ao presidente da Secção paulista da OAB o exercício de sua advocacia naquele Estado-membro;
- (b) requerer a transferência da sua inscrição para o Estado de São Paulo;
- (c) requerer a sua inscrição suplementar em São Paulo, se exceder a cinco patrocínios por ano;
- (d) comunicar ao presidente da OAB/MT o exercício de sua advocacia em outro Estado-membro.

**92. A quem compete alterar o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia:**

- (a) ao Conselho Seccional;
- (b) ao Colégio de Presidentes;
- (c) ao Tribunal de Ética e Disciplina;
- (d) ao Conselho Federal.

**93. Sobre as sociedades de advogados, assinale a alternativa correta:**

- (a) o advogado pode participar de várias sociedades de advogados, independentemente da sede destas;
- (b) a sociedade pode revestir-se de quaisquer características societárias previstas no Código Civil ou no Código Comercial;
- (c) o registro da sociedade de advogados pode dar-se tanto no Conselho Seccional em

que tiver sede como, alternativamente, perante a Junta Comercial do Estado-membro em que se estabelecer;

(d) os sócios de uma mesma sociedade não podem representar em juízo clientes com interesses opostos.

**94. A publicidade de advogados será admitida se:**

(a) contiver apenas ilustrações e desenhos com cores discretas;

(b) contiver pequena fotografia desde que acompanhada do símbolo da OAB;

(c) contiver finalidade informativa, com títulos e qualificações profissionais;

(d) o advogado não pode fazer qualquer tipo de anúncio.

**95. Das afirmativas abaixo, qual está em perfeito acordo com os preceitos do Código de Ética e Disciplina?**

(a) o advogado pode recusar a defesa criminal se em sua opinião considerar o agente culpado pelo delito;

(b) o advogado pode debater em qualquer meio de imprensa causa sob seu patrocínio desde que não esteja sob segredo de justiça;

(c) o advogado pode funcionar no mesmo processo como patrono e preposto do cliente ou empregador;

(d) o advogado pode, ao contratar os seus honorários, adotar a cláusula quota litis, desde que necessariamente receba em pecúnia;

**96. NÃO é circunstância atenuante prevista expressamente no Estatuto da OAB:**

(a) a ausência de punição disciplinar anterior;

(b) a prática de exercício proficiente de mandato ou cargo junto a OAB;

(c) a confissão da falta perante órgão da OAB, antes de iniciado o procedimento disciplinar;

(d) falta cometida na defesa de prerrogativa profissional.

**97. Um advogado, regularmente inscrito na OAB/MT, foi nomeado para o cargo de Secretário da Educação do Estado do Mato Grosso. Pergunta-se: como ficará a sua situação profissional com relação à Ordem dos Advogados?**

- (a) continuará inscrito na OAB/MT e exercendo a advocacia;
- (b) continuará inscrito na OAB/MT, ficando porém proibido de advogar apenas contra a Fazenda Pública que o remunera;
- (c) terá a sua inscrição da OAB/MT cancelada;
- (d) ficará licenciado da advocacia durante o tempo em que permanecer como Secretário de Estado da Educação.

**98. Conforme disposição do Estatuto da Advocacia, sobre o advogado empregado é correto afirmar:**

- (a) devido à subordinação inerente à relação de emprego, o advogado empregado vincula-se ao cumprimento da orientação técnico-jurídica que receber do empregador;
- (b) em processo no qual o empregador for parte e o advogado empregado seu procurador, os honorários de sucumbência serão partilhados entre ambos de comum acordo;
- (c) o advogado empregado não está obrigado a defender interesses do empregador alheios à relação de trabalho e terá direito ao reembolso das despesas de transporte, hospedagem e alimentação havidos durante a jornada de trabalho;
- (d) as horas extras são remuneradas com adicional máximo de 50% (cinquenta por cento).

**99. Advogado que, sendo empregado da empresa, em nome dela se recusa a praticar ato que considera ilegal:**

- (a) comete infração ética, pois está ligado à empresa em decorrência de contrato trabalhista que deverá ser respeitado acima de tudo;
- (b) determina que a empresa consulte o Tribunal de Ética e Disciplina para apuração do grau de relevância do assunto;
- (c) obedece aos princípios éticos e disposições estatutárias;
- (d) nenhuma das alternativas é correta.

**100. É lícito ao advogado:**

- (a) abandonar a causa imediatamente após a comunicação da renúncia;

(b) recusar-se a prestar assistência jurídica, por não lhe ser vantajoso, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública;

(c) acarretar, de forma consciente, por ato próprio, a nulidade do processo em que funcione para beneficiar o seu cliente;

(d) violar o sigilo profissional, desde que haja justa causa.

QUESTÃO	RESPOSTA	QUESTÃO	RESPOSTA
01	B	51	A
02	NULA	52	B
03	A	53	D
04	C	54	C
05	D	55	C
06	A	56	C
07	B	57	D
08	D	58	B
09	A	59	B
10	A	60	C
11	D	61	D
12	B	62	A
13	C	63	D
14	B	64	C
15	A	65	C
16	B	66	C
17	C	67	C
18	C	68	C
19	A	69	D
20	C	70	A
21	A	71	D
22	B	72	B
23	D	73	B
24	D	74	A
25	C	75	C
26	A	76	D
27	B	77	A
28	D	78	B
29	C	79	C
30	A	80	D
31	A	81	B
32	B	82	D
33	NULA	83	B
34	D	84	NULA
35	D	85	A
36	C	86	A
37	D	87	B
38	D	88	C
39	B	89	D

40	C	90	D
41	A	91	C
42	B	92	D
43	C	93	D
44	D	94	C
45	D	95	D
46	C	96	C
47	B	97	D
48	A	98	C
49	A	99	C
50	D	100	D